

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROJETO DE LEI N.º 4.591, DE 2004 (Do Sr. Eduardo Cunha)

Altera a Lei 10.482, de 3 de julho de 2002, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Modifique-se a redação do § 1º, do art. 1º, do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação:

“ Art. 1º

.....

§ 1º Por instituição financeira, respeitar-se-á o disposto no § 3º do art. 164 da Constituição Federal, e, à hipótese de inexistir instituição financeira estadual ou distrital oficial, o ente federativo credor dos depósitos poderá contratar instituição financeira privada adquirente de participação acionária de instituição financeira do Distrito Federal ou de qualquer estado, ficando dispensada da seleção por licitação.”

JUSTIFICAÇÃO

Em que pese os §§ 1º e 2º do artigo 1º, do Substitutivo ao Projeto remeterem à MP 2.192-70/01 a qual possibilita, de certa forma, a contratação de instituição financeira privada sem licitação, conforme mencionado no parágrafo 1º, do art. 4º: “as disponibilidades de caixa dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou das entidades do poder público e empresas por eles controladas poderão ser depositadas em instituição financeira submetida a processo de privatização ou na instituição financeira adquirente do seu controle acionário, até o final do exercício de 2010”, entendemos que seria juridicamente mais adequado e seguro que tal previsão

conste no próprio texto normativo e não apenas vincular essa possibilidade ao disposto em Medida Provisória.

Assim, a presente emenda visa reparar a juridicidade da matéria.

Em consequência da adoção desta emenda, seria desnecessária a manutenção do § 2º do art. 1º do citado substitutivo, o qual seria suprimido.

Sala da Comissão, de Junho de 2005.

Deputado **PAES LANDIM**